CORREIO PAULISTANO

POR **RAFAEL CHINAGLIA**

PREFEITURA DE SÃO PAULO



Determinação estabelecia uso de 100% da frota operacional

Nunes declara que 71% dos ônibus circularam no segundo turno

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) afirmou nesta terça-feira (27) que São Paulo teve 8.814 ônibus em circulação no segundo turno das eleições, no domingo (25), equivalentes a 71% da frota. A Justiça havia determinado a oferta de 100% da frota operacional dos dias úteis, sob multa de R$ 100 mil ao prefeito e ao presidente da SPTrans. Nunes disse que 3,2 milhões de passageiros foram transportados e atribuiu a diferença ao pouco tempo para convocar motoristas. O PT relatou dificuldades de acesso às urnas e afirmou que só 60% da frota prevista circulava. A Justiça negou o pedido de prisão de dois gestores municipais por falta de elementos concretos de flagrante. O presidente do TRE-SP disse que o monitoramento não identificou insuficiência no transporte, mas ressaltou que cabe à 1ª instância analisar. Concessionárias afirmaram que parte dos motoristas não compareceu.

População cobra verba social e apoio a idosos

Participantes de audiência na Câmara de São Paulo pediram nesta terça-feira (27) mais recursos para áreas sociais no orçamento de 2027. As demandas incluíram atendimento a idosos, saúde mental, acessibilidade e aumento do auxílio-aluguel para mulheres vítimas de violência. A proposta traz R$ 3,1 bilhões para Assistência Social, R$ 123 milhões para a Pessoa com Deficiência e R$ 855,3 milhões para Direitos Humanos e Cidadania. O relator, Marcelo Messias (MDB), disse que os pedidos serão avaliados.

DOUGLAS FERREIRA | REDE CÂMARA SP



proposta traz R$ 3,1 bilhões para Assistência Social

Prefeitura amplia verba para subsidiar ônibus

A Prefeitura de São Paulo acrescentou R$ 335,3 milhões ao orçamento dos subsídios dos ônibus municipais. Publicado nesta terça-feira (27), o decreto eleva a R$ 1 bilhão a soma de três reforços autorizados no mês de outubro. Os outros créditos subsidiados foram de R$ 271,8 milhões, no dia 5, e R$ 393,9 milhões, no dia 16. Do novo valor, R$ 284,6 milhões são contribuições correntes e R$ 50,7 milhões, de capital. A autorização amplia o limite orçamentário total, mas não significa que os recursos já tenham sido pagos.

Créditos elevam previsão inicial para o setor

A dotação inicial de 2026, de R$ 6,225 bilhões, somada aos três créditos de outubro chega a R$ 7,226 bilhões. Os acréscimos representam 16,08% da previsão original. A soma não equivale ao orçamento vigente consolidado, pois não inclui outros remanejamentos do ano. Para 2027, a proposta municipal prevê R$ 7,347 bilhões em compensações tarifárias. A execução depende de etapas de empenho e pagamento.

Proteção nos prédios

A Comissão de Segurança Pública da Câmara de São Paulo debateu nesta terça-feira (27) medidas locais para prevenir crimes em condomínios. Representantes do setor citaram controles de acesso com criptografia e portões de fechamento rápido. A GCM apontou a necessidade de mais proteção nos arredores dos prédios, calçadas e acessos.

Treinamento em pauta

A vereadora Amanda Vettorazzo (União) propôs avaliar cursos com a GCM para profissionais de segurança dos condomínios. Também foi discutida a fiscalização de patinetes depois de relatos de uso em roubos. A comissão aprovou pedido ao MP de informações sobre apurações de possíveis ligações entre políticos já eleitos e o PCC.

Acordo contra crimes

A Prefeitura de São Paulo e o Ministério Público paulista firmaram nesta terça-feira (27) dois convênios para uso do Smart Sampa. Um deles prevê o compartilhamento de informações e imagens com o Gaeco para apoiar investigações e ações contra o crime organizado. O acordo terá validade de 12 meses e poderá ser prorrogado.

Proteção às mulheres

O segundo convênio prevê o uso de mais de 50 mil câmeras para identificar agressores ainda não notificados sobre medidas protetivas. O Ministério Público fornecerá dados ao sistema. Após um alerta, a GCM poderá abordar o indivíduo e comunicar a decisão judicial. A parceria integra o Alerta de Proteção Integrada e terá duração de 60 meses.

Vacinação é debatida

A Câmara de São Paulo realizou na segunda-feira (26) uma solenidade sobre o combate à poliomielite. A atividade destacou a importância da vacinação e lembrou o Dia Mundial da Poliomielite, celebrado em 24 de outubro. O evento teve como tema a prevenção da doença, que pode causar paralisia infantil, e as ações do Rotary Club.

Rotary é homenageado

A vereadora Edir Sales (PSD) entregou certificados ao Rotary Club Internacional em reconhecimento ao trabalho da associação no combate à poliomielite. Entre as iniciativas da entidade está o incentivo à vacinação contra a doença. A homenagem foi na solenidade na Câmara de SP, realizada no Plenário 1º de Maio, na segunda-feira (26).

MOZART GOMES/CÂMARA DE SÃO PAULO



Pavanato teve 161.386 votos para vereador e 3.038.438 para deputado.

MP apura declarações de Pavanato sobre minorias

Defesa questiona investigação sobre declarações do vereador paulistano

Da **Redação**

O Ministério Público de São Paulo abriu, na segunda-feira (26), um inquérito para apurar possível discriminação e incitação ao ódio em declarações do vereador Lucas Pavanato (PL), eleito deputado federal. A investigação trata de falas sobre minorias feitas em entrevista à Jovem Pan após o primeiro turno das eleições.

O caso está sob responsabilidade do promotor Ricardo Manuel Castro, da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos. Segundo ele, as declarações podem configurar discurso de ódio contra grupos sociais e resultar em eventual responsabilização civil, eleitoral ou penal.

Na entrevista, Pavanato comentou a reação de adversários à sua votação e à eleição de Eduarda Campopiano (PL), que conquistou uma vaga de deputada estadual por São Paulo. Ele afirmou que seu grupo tinha uma bancada forte para enfrentar o que classificou como a ideologia dos oponentes.

Ao se dirigir aos críticos, o vereador declarou: "Vocês são a minoria e como minoria a gente vai colocar vocês no devido lugar". A fala é um dos elementos que motivaram a abertura da apuração pelo MP.

Pavanato foi o candidato a deputado federal mais votado de São Paulo em 2026, com mais de 3 milhões de votos.

A assessoria do parlamentar questionou a imparcialidade do promotor e informou ter apresentado uma representação ao Conselho do Ministério Público (CNMP). A equipe atribui a investigação a perseguição política e afirma que o vereador ainda não foi formalmente citado.

O inquérito busca esclarecer o contexto das declarações e verificar se há elementos para responsabilizar o parlamentar.

Segue a íntegra do posicionamento enviado.

NOTA DE POSICIONAMENTO

Consideramos o promotor Ricardo Manuel Castro suspeito para instaurar qualquer inquérito, diante de seu alinhamento ideológico à esquerda e de sua atuação em pautas que, em nossa avaliação, atendem a agendas ideológicas, comprometendo a necessária imparcialidade de sua atuação.

Informamos que nossa equipe jurídica já apresentou representação contra o promotor junto ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por suposto uso do cargo para perseguição política e vazamento de documentos à imprensa.

Por fim, esclarecemos que o vereador Lucas Pavanato ainda não foi formalmente citado no âmbito do referido inquérito.